

O FIM DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO GOVERNO BOLSONARO: A UTILIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL COMO FERRAMENTA DA EXTREMA-DIREITA A PARTIR DE UMA VISÃO NEO-POULANTZIANA

Ana Laura dos Santos Ribeiro

RESUMO

O intuito do presente trabalho é compreender como a extrema direita apropriou-se das políticas sociais, utilizando-as para manter o neoliberalismo radical, destacando o caso da transformação do Programa Bolsa Família (PBF) no Programa Auxílio Brasil, durante o governo Bolsonaro. A fundamentação teórica baseia-se nas percepções de Nico Poulantzas sobre política social, hegemonia no bloco de poder e poder relacional, escolhido pela sua importância na caracterização do Estado capitalista.

Palavras-chaves: Programa Bolsa Família, Bolsonaro, Poulantzas.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa visa compreender como a extrema direita se apropriou das políticas sociais e as utilizou como forma de manutenção do neoliberalismo radical a partir do caso do fim do Programa Bolsa Família (PBF) durante o governo Bolsonaro, o qual se transformou no Programa Auxílio Brasil (PAB). Para a construção da argumentação teórica será utilizada as percepções de Nico Poulantzas sobre política social, hegemonia no bloco de poder e poder relacional. A escolha do autor é, sobretudo, devido à sua importância para entender a caracterização do Estado capitalista.

A hegemonia, para Poulantzas, está diretamente ligada à especificidade do Estado capitalista, com uma fração politicamente dominante mantendo uma posição hegemônica, representando tanto o interesse geral da nação quanto às demandas específicas das diversas frações da classe dominante. Ele explora a complexidade dessa dinâmica, indicando que o grupo dominante, embora articulado aos demais, exerce uma influência simultânea sobre eles. Além disso, só se é possível pensar em hegemonia se ela estiver associada a especificidade do Estado capitalista e da luta de classes nesse modo de produção. Nesse sentido, a política social é posta como um dos marcadores dessa disputa, tendo em vista que a classe dominante estaria atendendo demandas trazidas pelas classes dominadas - como no caso tratado, a demanda por uma renda mínima - mas de forma que não haja uma perda de seu poder político. É justamente nesse sentido que a pesquisa irá explorar, através do caso do PBF, como essa relação complexa e emaranhada por disputas políticas e econômicas se deu durante os anos do governo Bolsonaro.

Para entender isso é importante iniciarmos como uma recapitulação que será feita a partir de 2016, com o golpe de Estado e Temer assumindo a presidência. Isso pois é quando se tem uma série de reformas neoliberais, especialmente marcadas pela austeridade fiscal, o que impacta a população assistida pelos programas sociais e minorias. O cenário justamente se intensifica de precarização com a eleição de Bolsonaro em 2018, que tem em toda sua trajetória política um histórico de desprezo às lutas sociais e fazendo jus a agenda neoliberal radical, sinalizando perigo ao PBF. Com a pandemia da Covid-19, a partir de 2020, tratar da pobreza e da fome torna-se ainda mais relevantes. Assim, a despeito das visões acerca de programa de transferência de renda, as necessidades eleitorais e pandêmicas exigiram que houvesse uma ampliação na forma do Auxílio Emergencial (AE), mais tarde transformado no PAB.

Nesse caso, a necessidade de competição política inviabiliza a eliminação do programa e inclusive amplia seu valor. O neoliberalismo se manifestou, contudo, tanto na implementação do AE quanto no PAB. No primeiro, na definição do valor na proposta inicial e na descontinuidade entre janeiro e março de 2021. No segundo, na definição de condicionalidades diferentes e possibilidade de ganho com financeirização dos recebíveis. Ademais, há simplesmente corrupção nos cadastros por motivos eleitoreiros de compra de votos.

Em suma, tem-se que nesse contexto, marcado pelo neoliberalismo e pela pandemia, as disputas se intensificam, culminando no fim do PBF em um momento crítico para o Brasil. A abordagem do PAB é crítica, apontando falta de transparência, diálogo e justificativa, além de práticas eleitoreiras e em prol da financeirização. Isso conecta-se à concepção de Poulantzas sobre fração hegemônica, destacando a utilização do programa como sacrifício para favorecimento econômico e político. Conclui-se que a atuação das políticas sociais, conforme as definições poulantzianas, varia conforme a conjuntura, sendo mais cerceada em governos conservadores, como o de Bolsonaro, influenciando a gestão das políticas sociais, como no caso do PBF.

Para fazer essa análise, a pesquisa é dividida em três etapas. A primeira é focada em tratar dos conceitos principais de Poulantzas a serem utilizadas. A segunda irá mostrar como se deu o desmonte neoliberal a partir de 2016. Finalmente, a última parte trata do limite da política social a partir do caso do PBF. A ideia é apresentar de maneira categórica como podemos aprimorar o debate acerca do Programa Bolsa Família a partir de uma visão poulantziana de Estado e política social. Além disso, iremos entender como o fim do programa em 2021 no governo Bolsonaro, o qual foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil, está diretamente relacionado com a ascensão da extrema direita no Brasil. Para entender este ponto, partiremos da visão de fração hegemônica de Poulantzas. Neste aspecto, será finalmente possível olhar para os impactos econômicos, políticos e sociais atrelados ao fim do que se era considerado o melhor programa de transferência de renda do mundo.

2. OS CONCEITOS DE POULANTZAS DE HEGEMONIA, TEORIA RELACIONAL E POLÍTICA SOCIAL

Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (1977) nos apresenta a caracterização do conceito de fração hegemônica como sendo aquela que tem "como campo a luta política de classes em uma formação capitalista recobrando particularmente as práticas políticas das classes dominantes nessas formações" (Poulantzas, 1977, p. 133). Neste aspecto, o que ele quer mostrar é que o Estado tem uma orientação específica, sendo esta a da classe dominante.

Ao desenvolver mais, Poulantzas descreve que há uma complexidade envolvida nisso, uma vez que o grupo dominante concentra a ação dos demais grupos. Assim, ele está articulado a estes, dado o cenário de luta de classes, mas ao mesmo tempo o subordina. Ou seja, há uma eterna batalha de balanceamento entre as forças do grupo dominado e do grupo dominante. Isso não significa que ambos tenham o mesmo peso na balança, pelo contrário, estamos falando justamente que um grupo se sobrepõe ao outro quando se trata das decisões e da centralidade de poder. Ao mesmo tempo, também não quer dizer que o grupo dominante não tenha de agir de forma a ceder certos aspectos às classes dominadas, tendo em vista que essa é justamente uma maneira de fazer com que estas percam a noção de dominação e não se rebellem contra aqueles que estão no poder, dando a - falsa - sensação de que se trata de um governo para todos os cidadãos.

Além disso, existe outro aspecto que caracteriza essa hegemonia é a especificidade do Estado capitalista e da luta de classes neste modo de produção. Isso pois, é justamente esta formação que permite que se tenha um bloco no poder que corresponde a uma fração politicamente dominante com uma dessas tendo o papel dominante particular, que ele caracteriza como papel hegemônico. Dessa forma, o que se tem é que a classe hegemônica é aquela que "concentra, ao nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre classes frações dominantes" (Ibid, 1977, p. 137). Em outras palavras, temos uma classe destinada a definir e organizar tanto as prioridades da nação em geral, quanto as vontades específicas das diversas frações que compõem essa classe dominante.

É a partir disso que Poulantzas começa a justamente descrever a política social. É importante ressaltar que em *Poder político e classes sociais*, não há um momento em que ele se dedica e se debruça sobre a questão da política social propriamente. Apesar disso, ele a cita e a caracteriza dentro do Estado capitalista. Um dos esforços aqui é, então, justamente explorar esse conceito numa visão neo-poulantziana a partir do Programa Bolsa Família.

Poulantzas então coloca que há uma dupla característica do Estado capitalista pois "por um lado, a sua autonomia relativa ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação de forças

concreta, de uma 'política social'; por outro lado, é esta própria autonomia do poder político institucionalizado que permite cercar por vezes o poder econômico das classes dominantes, sem jamais ameaçar seu poder político" (Ibid, 1977, p. 188). Ele ainda cita que este seria o caso do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), colocando que as políticas sociais deste serviriam como uma máscara ao Estado capitalista.

Em suma, a hegemonia estaria ligada a essa duplicidade do Estado capitalista, que nos pode soar como contraditória, mas que é muito bem estabelecida, na verdade. Há uma consonância, pois, ainda que apresente impactos ao poder econômico das classes dominantes, não irá fazer com que se tenha uma quebra de estrutura a ponto de o poder político ser abalado. Ou seja, concessões econômicas para a classe trabalhadora, por meio da política social, são necessárias para manter a luta dessa classe no campo da luta distributiva, aceitando a hegemonia da classe dominante, sem questionar seu poder político. Ao tratar todos como iguais perante a lei, o Estado reverte as hierarquias das relações sociais capitalistas com o véu da igualdade jurídica dos indivíduos, tomados como membros do povo-Nação representado pelo Estado e não como membros de uma classe social em luta contra sua subordinação econômica e política estrutural. Ao serem criados direitos sociais específicos na forma da política social, a condição material dos trabalhadores é melhorada com acesso, mediado pelo Estado, de uma parte do excedente gerado pelos próprios trabalhadores, reforçando a ilusão de que o Estado representa todos os cidadãos ao invés de assegurar a politicamente a dominação de classes, da burguesia sobre os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, não podemos cair na tentação simplista de entender que toda e qualquer conquista da classe trabalhadora vem porque a classe dominante estaria "cedendo" conscientemente: ela pode ser obrigada a aceitar concessões por conta da correlação de forças desfavorável, ou seja, por causa de conquistas associadas à luta das organizações representativas dos trabalhadores. O que estamos tratando é uma luta constante que é travada no âmbito político, econômico e social, mas que tende a ser travada em um campo jurídico que assegura estruturalmente a reprodução da dominação de classes.

Em O Estado, o poder, o socialismo (1981), sua última obra, Poulantzas irá desenvolver e retomar a sua percepção da relação do Estado com a luta de classes. Ele aponta que esta não é reduzida apenas ao aparelho estatal, tendo em vista que existem interações, por exemplo, nas relações de produção. Além disso, também aponta que o Estado se torna cada vez mais amplo, exercendo seu poder de diversas formas. Logo, o centro "na complexa relação luta de classes/aparelhos, são as lutas que detêm o papel primordial e fundamental, lutas (econômicas, políticas, ideológicas) cujo campo, já visto ao nível da exploração e das relações de produção. não é outro senão o das relações de poder" (Ibid, 1981, p. 43, grifo do autor).

Isso, por sua vez, não significa que o Estado não tenha um papel fundamental, tendo em vista que este tem uma atuação singular na luta de classes, sendo decisivo para a reprodução de poderes, pois ele "está presente organicamente na geração dos poderes de classe" (Ibid, 1981, p. 51). Em suma, ainda que todo poder só exista materializado nas instituições, as lutas de classe têm o papel principal na relação, sobrepondo os aparelhos.

Pensando nessas nuances da atuação do Estado é que, a partir das análises de Foucault referentes ao poder, que Poulantzas desenvolve uma teoria relacional do poder. O conceito de poder para ele nada mais é do que a capacidade que cada classe social tem em alcançar seus objetivos. Assim, "a capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: o campo do poder é, portanto, estritamente relacional" (Ibid, 1981, p. 168). Em outras palavras, o que o autor coloca é que uma classe só tem poder se este for um poder perante a outra. Nesse sentido, ao contrário da concepção de Foucault, o poder não está distribuído em milhares de micropoderes com a mesma importância para a reprodução societal. A reprodução societal é marcada sobretudo pela reprodução do poder da classe dominante sobre a classe dominada, embora isso se faça em diferentes meios, e concentrado no Estado de classe.

O mesmo ocorre no poder de Estado, pois trata-se do poder na mão das classes dominantes frente às outras. Neste aspecto, o Estado é "o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder, mas que não possui poder próprio" (Ibid, 1981, p. 169). O que Poulantzas tenta evidenciar é que o Estado é um espaço de luta e resistência de poder (ainda que esta não ocorra apenas nele), ou seja, o poder se manifesta como uma interação dinâmica entre conflitos e estratégias, sendo o Estado uma síntese que agrega diversas forças em jogo, mas sem eliminar a centralidade do poder da classe dominante.

3. O DESMONTE NEOLIBERAL A PARTIR DE 2016

É a partir das hipóteses poulantzianas que vamos debater como se deu a desconstrução das políticas sociais no Brasil, focando no Programa Bolsa Família (PBF), desde o fim do governo petista pelo golpe de Estado em 2016 e os aprofundamentos durante o governo Bolsonaro, em especial no período da pandemia de Covid-19, quando o programa foi substituído pelo Auxílio Brasil. Para isso, vamos primeiro fazer uma breve retrospectiva dos acontecimentos e de como o cenário mostrava-se favorável às frações hegemônicas.

Quando Poulantzas caracteriza a fração hegemônica no poder, ele a coloca como sendo exclusiva de um grupo no bloco no poder. Porém, não pode existir um compartilhamento de frações hegemônicas no poder, as quais apresentam certas divergências em relação a questões econômicas,

partidárias e políticas da forma de atuação, mas que em aspectos gerais apresentam convergência na manutenção do estágio ou modelo de capitalismo de cada período? Essa é, de forma resumida, a ideia apresentada por Bastos (2023) de que pode existir um condomínio hegemônico. Para além do bloco no poder, as concessões para as classes dominadas – e mesmo para as frações dominantes, mas não hegemônicas – podem se alargar ou diminuir ao longo do tempo em razão da evolução das relações de forças, ou do que Poulantzas chamou de “equilíbrio instável de compromisso”. Se olharmos para o cenário brasileiro em 2016, podemos pensar que houve um estreitamento dessas concessões.

A consequência disso são diversas reformas que vão fazer um verdadeiro desmonte das políticas públicas e da atuação estatal, como é o caso da PEC do Teto de Gastos, Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária. Não é o foco do trabalho discutir cada uma delas individualmente, mas é importante entender que o que se tinha era um cenário de crise política e econômica, com reformas que tiravam da mão do Estado a responsabilidade de atuação, a partir de uma perspectiva neoliberal. Evidentemente, o que se observou foi um aumento da precarização do trabalho, das condições de aposentadoria/previdência e ineficiência, como um todo, dessas reformas em promover efeitos positivos na economia brasileira.

Além disso, a tese de que havia um Estado gastador e desmedidamente arrecadador também se trata de uma narrativa que faz parte da argumentação do liberalismo, que acarreta as reformas a partir de 2016. Estas ganharam apoio inclusive do Banco Mundial, que em 2017 publicou "Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil". Entretanto, o documento não passa de uma leitura neoliberal que consiste numa desestruturação de uma economia mais voltada ao povo (Pochmann, 2021). Isso, juntamente com a reforma trabalhista, que trouxe uma flexibilização e precarização do trabalho, mostra como tratava-se de um cenário de aprofundamento das desigualdades.

É especialmente importante aqui tratarmos das questões associadas ao Teto de Gastos e a ideia de austeridade. Isso pois, a todo momento vemos nos grandes jornais o debate acerca disso e que seria um grande problema as contas públicas não fecharem, sendo importante desmistificar essa ideia, uma vez que volta e meia tal argumentação está ligada a políticas sociais no geral, mas também especificamente ao PBF.

A ideia de austeridade está ligada a duas ideias: 1) a fada da confiança; 2) a comparação com o orçamento doméstico (Rossi, Dweck, Arantes, 2018). A primeira trata-se da concepção de que políticas austeras levariam a um aumento da confiança dos empresários, aumentando os investimentos. Entretanto, existem evidências de que países europeus que aplicaram políticas austeras foram os que menos cresceram (Krugman, 2015, apud Rossi, Dweck, Arantes, 2018). Além

disso, "a confiança não é causa, mas acompanha o desempenho econômico e que a austeridade não aumenta, mas diminui a confiança ao gerar recessão" (Skidelsky e Fraccaroli, 2017, apud Rossi, Dweck, Arantes, 2018). Já o segundo mostra que não se pode fazer a comparação dos gastos do governo com os gastos de uma família. Isso se dá especialmente por três razões: o governo tem capacidade de definir seu orçamento através das arrecadações; parte do gasto do governo volta pela forma de imposto e em momentos de crise, diferentemente de uma família, o aumento de gastos gera crescimento; por fim, o governo tem capacidade de emitir títulos em sua própria moeda (Rossi, Dweck, Arantes, 2018).

Tomando o conceito de hegemonia de Poulantzas e da dupla função da hegemonia do Estado, a ideia de austeridade pode ser atrelada a isto. Isso porque, a forma como esta é posta mostra que o que se tem na realidade é uma escolha política que serve aos interesses de uma parcela da população. Quando no texto colocam que "a austeridade justapõe as vítimas dos cortes – principalmente a parcela mais pobre da população - com os perpetradores dessas políticas – o sistema financeiro, as elites econômicas e um governo subserviente." (Rossi, Dweck, Arantes, 2018) o que temos nada mais é do que uma demonstração da visão poulantziana de como o Estado atua a favor dos interesses de uma classe.

Assim, podemos entender que se trata de um momento de tensionamento da luta de classes. É evidente que esta nunca deixou de existir, mesmo nos governos petistas, em que se tinha um maior foco em fazer políticas de redistribuição. Porém, o que estamos tentando chamar atenção é que a partir de 2016 e, especialmente, o Estado passa a se omitir na proteção social. O que se tem é uma agenda de desmonte, corte de ministérios e programas sociais. E é claro, os mais afetados com isso são as populações vulneráveis. Trata-se de um projeto de "destruição que passa, claramente, por um desgaste político e destruição da classe trabalhadora, dos grupos sociais destituídos ou marginalizados, mas sobretudo por uma forte negação da cidadania e da substituição de uma agenda pública por uma agenda dos costumes." (Cruz, D; 2022).

Aqui é importante recapitularmos a ideia de fração hegemônica e nos aprofundarmos nesta. Como foi posto anteriormente, o conceito poulantziano trata de uma classe que ao mesmo tempo é responsável por manter a sua autonomia e das demais classes dominantes bem como representar o interesse do povo. Entretanto, como aponta Bastos, "a fração hegemônica no bloco no poder não se define necessariamente pelo favorecimento conjuntural de seus interesses econômicos pela política econômica, e sim pelo interesse político de manutenção de um estágio/modelo do capitalismo e da correspondente forma de Estado que o assegura com coesão no bloco no poder." (Bastos, 2023, grifo do autor). Quando o autor neo-poulantziano traz isso, ele propõe que seja feita uma diferenciação entre a luta pela hegemonia da luta pelo favorecimento, a qual ele caracteriza como sendo a luta

econômico-corporativa das frações do capital. A centralidade desse argumento é que a hegemonia até poderia fazer concessões econômicas sem que estas transbordem de forma a se tornar uma luta pela transformação das estruturas capitalistas (no caso da disputa entre frações de classe capitalista) e do próprio capitalismo (no caso da luta dos trabalhadores).

Tal ideia vai ao encontro com o que proponho, tendo em vista que, ao tratarmos do caso do Programa Bolsa Família (PBF), o que será posto é que justamente este é uma dessas concessões econômicas. O que vai mudar dos governos petistas para os governos de direita, é a forma com está concessão é feita, quais os limites dela de transformação, mas em ambos os casos sem um potencial transformador que abale a forma como o capitalismo brasileiro é estruturado. A forma da concessão, contudo, é influenciada pelas orientações na luta pelo favorecimento entre frações do capital e na relação de forças na luta distributiva entre capital e trabalho, o que se reflete na orientação de governos específicos.

Entretanto, faço uma pequena ressalva atrelada ao uso da ideia de concessão, entendendo que a melhor categorização seria conquistas. Isso porque a ideia de ceder está ligada a algo que viria de cima para baixo, ou seja, programas como o PBF só existiriam porque a fração hegemônica estaria cedendo a fim de se manter no poder. É claro que em parte isso está correto, ao mesmo tempo em que isto faz parecer que a classe subordinada seja passiva, não lutando pelos seus interesses políticos.

Lembre-mos da ideia de Poulantzas de poder relacional, em que uma classe exerce seu poder perante a outra, trata-se sempre de uma relação que vem das duas partes, ainda que sob posições diferentes, com uma sendo hegemônica. Se o que temos travado é uma luta de classes, trata-se, portanto, de uma relação, de uma batalha entre classes diferentes, com poderes diferentes, mas que ambas as partes têm influências (mesmo com capacidades de execução diferentes). Logo, não se trata de meramente ser cedido algo pelas vontades da fração hegemônica de não criar conflitos com a classe subordinada. Trata-se de conquistas das classes populares, que lutaram para que seus direitos fossem atendidos. Isso de forma alguma significa que as frações hegemônicas não tenham capacidade de manipulação e não barrem ideias que poderiam levar a uma mudança na estrutura do capitalismo e na forma do Estado.

Em síntese, a análise poulantziana revela que a desconstrução das políticas sociais no Brasil, exemplificada pelo PBF reflete um contexto de estreitamento do "condomínio hegemônico" a partir de 2016. As reformas neoliberais implementadas, como a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista, intensificaram a precarização do trabalho e aprofundaram as desigualdades. Ademais, o uso da categoria "concessão" em relação ao PBF é reconsiderado como conquista das classes populares, sublinhando a luta ativa pela manutenção de direitos. Nesse panorama, a análise de

Poulantzas ressalta a complexidade das relações de poder e destaca a necessidade de compreender as políticas sociais como arena de disputa, onde as classes populares desempenham um papel ativo na busca por seus interesses e direitos.

4. O LIMITE DA POLÍTICA SOCIAL COMO UMA FORMA DE REESTRURAÇÃO A PARTIR DO CASO DO PBF

Neste último capítulo, a ideia é fazer uma retrospectiva de como se deu o fim do Programa Bolsa Família (PBF) no governo Bolsonaro. Para isso, primeiramente será trazido brevemente sobre como este surgiu e quais foram os principais impactos causados por este. Num segundo momento, o foco será como se deu o fim deste durante a pandemia da Covid-19, sendo substituído pelo Auxílio Brasil, trazendo as diferenças centrais entre os dois programas. Para isso, será analisado através de algumas hipóteses como: o histórico de desprezo do ex-presidente pelo PBF ao longo de toda sua carreira política associado ao um neoliberalismo radical; como o Auxílio Emergencial e mais tarde o Auxílio Brasil foram utilizados como forma de competição política; a representação do neoliberalismo nestes, através da possibilidade de ganho com financeirização, a corrupção nos cadastros para compra de votos e o fim das condicionalidades do programa. Por fim, será tratado sobre como se aplica a visão de Poulantzas de política social ao caso aplicado.

4.1 O SURGIMENTO DO PBF

O PBF surgiu em 2003 com a Lei nº 10.386/2004 durante o governo Lula – o qual tinha como forte prioridade em sua gestão o enfrentamento contra a fome e a pobreza. Programas de transferências de renda já vinham sendo debatidos desde 1991 quando o Senador Eduardo Suplicy apresenta e consegue a aprovação no Senado do projeto de Lei nº 80/1991, instituindo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), o qual propõe beneficiar todos os indivíduos acima de vinte cinco anos que tivessem renda inferior a 2,25 salários-mínimos, em valores de 2005. A partir disso, amplia-se o debate sobre tais programas de renda mínima, que tem como argumentos principais: (i) o alto custo de oportunidade para a manutenção dos filhos de famílias pobres em escola, e (ii) o estabelecimento de um ciclo intergeracional da pobreza devido à dificuldade da formação educacional e conseqüentemente de possibilidade de elevação de renda para outras gerações (Silva e Silva, [s.d.]).

No cenário brasileiro, o desenvolvimento dos programas de transferência de renda teve início em 1995, com experiências municipais em Campinas (SP) e Brasília (DF). Em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) marcou a entrada do país nos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) em nível federal, abordando temas como transferência de renda,

atividades socioeducativas e suporte às famílias em situação vulnerável. A falta de coordenação entre diferentes programas levou à criação do PBF entre 2001 e 2003, consolidando esforços federais para combater a pobreza intergeracional através de condicionalidades vinculadas a áreas como assistência social, educação e saúde. O PBF, implementado de forma descentralizada entre os municípios, visa interromper o ciclo de pobreza ao focalizar nas famílias e estabelecer critérios claros para a manutenção do benefício.

Durante seus primeiros 18 anos de existência, o PBF foi reconhecido como sendo um dos melhores programas de transferência de renda do mundo, sendo umas das políticas públicas mais estudadas e reconhecidas, sendo referência na superação da extrema-pobreza (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019); redução da insegurança alimentar (Cotta, Machado, 2013); impacto no PIB pelo efeito multiplicador (Ministério do Desenvolvimento Social, 2023). Ou seja, o Bolsa Família não apenas cumpre com sua função, como apresenta resultados que superam o que se tinha como esperado na sua implementação (ver mais em Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)).

Isso, entretanto, não significa que não existam críticas à estrutura do programa. Uma destas é atrelada às condicionalidades do programa, pois existe uma preferência para que a titularidade do cartão seja atrelada às mulheres das famílias, com a justificativa de que estas fariam o uso do dinheiro de forma mais consciente em prol da família e que daria uma autonomia econômica pois seria a primeira vez que as mulheres seriam as administradoras do dinheiro, que normalmente é retido pelos homens (Bartholo, Passos, Fontoura, 2017). Porém, Mariano e Carloto (2009) tecem uma crítica a isto considerando que isso reduziria as mulheres à função de mãe e que o Estado se apropria disso, o que não traria uma maior autonomia econômica como a que se é proposta.

Outra crítica é a que Bartholo aponta como sendo o "Parágrafo Esquecido", a qual prevê que o poder Executivo vigente pode decidir a "obrigatoriedade em incluir todos que cumprem os critérios de atendimento e a necessidade de atualização periódica das linhas de pobreza e dos valores pagos às famílias de acordo com a inflação" (Bartholo, 2020). Ou seja, o PBF pode ficar anos sem uma atualização monetária e isso está previsto na Constituição. Além disso, pode-se decidir a quantidade de pessoas que serão beneficiadas - diferentemente de casos como o Benefício de Prestação Continuada, em que se pessoa atinge os requisitos mínimos, esta terá direito ao recebimento do benefício. A consequência disso é o que aconteceu no início de 2020, na gestão Bolsonaro, quando 3,5 milhões de pessoas ficaram meses esperando a inserção no PBF, com uma queda brusca no volume de concessões a partir de maio de 2019, segundo Dados do Ministério da Cidadania.

Tais problemas estariam ligados ao que Tomazini (2023) considera fatores endógenos, sendo que a autora parte da ideia de Bartholo descrita acima. Entretanto, existem também aqueles que são

os fatores exógenos, sendo, este, no caso, tanto o retrocesso democrático desde o golpe de 2016, quanto o contexto pandêmico a partir de 2020. A autora vai de acordo com o que foi posto no capítulo anterior, colocando que se tem uma conjuntura extremamente crítica e que os programas sociais, como o PBF, não foram poupados da agenda de cortes. Isso porque, por ser um programa que luta contra a pobreza, está vinculado diretamente às demais políticas (econômicas, de saúde, educação etc.). Portanto, as reformas neo liberalizantes impactam diretamente os beneficiários do programa, além de afetar "a própria implementação do Bolsa Família, que depende das obrigações de condicionalidades, da manutenção do Cadastro Único etc." (Tomazini, 2023).

4.2 COMO SE DEU A SUBSTITUIÇÃO DO PBF

A situação torna-se mais grave quando Bolsonaro é eleito, com os estigmas contra os pobres voltando a fazer parte dos discursos, visto que o presidente reforçava a ideia de meritocracia, em que bastaria um pouco mais de esforço para as pessoas saírem da situação de pobreza, desqualificando a importância do programa. Além disso, durante toda sua trajetória política, Bolsonaro trouxe falas como que os beneficiários seriam pessoas que "não produzem nada, nem bens nem serviços" e que estes não colaborariam com o PIB e ainda teriam diversos filhos para o Estado ter que dar creche, escola e cotas. Também já os chamou de idiotas e fez falas misóginas de que mulheres ficariam grávidas no intuito de conseguir bens materiais, como geladeiras. Isso mostra que ele se utiliza de uma "estratégia cuja complexidade alcança as populações socialmente mais frágeis por meio da deslegitimação de direitos históricos e consignados na constituição" (Cruz, D. 2022).

No seu primeiro ano de governo, 2019, os valores do PBF não foram corrigidos e o 13º - que foi prometido na campanha presidencial - só foi pago uma única vez em 2019. Inclusive, Bolsonaro utiliza-se deste único 13º concedido para encobrir o fato de não ter incluído famílias novas durante todo o segundo semestre de 2019. Com o aumento das filas, a solução posta pelo então Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, foi tirar as informações do ar (Bartholo, 2022).

Em 2020, a pandemia da Covid-19 que atingiu o Brasil e o mundo foi usada pelo governo Bolsonaro como alavanca para o desmonte na área social (Napp Desenvolvimento Social, 2022). Se antes já tínhamos sinais de uma crescente na pobreza, isso se torna ainda mais alavancado diante do cenário pandêmico. O governo é então pressionado para a expansão de políticas sociais, tanto por pressão do Congresso quanto da sociedade, mas ainda se mostrava hesitante com a justificativa de que era preciso manter a austeridade fiscal, não podendo haver um aumento de gastos (Tomazini, 2023).

Apesar das resistências, o Auxílio Emergencial (AE) é instituído com a Lei 13.982/2020 no valor de R\$ 600 durante três meses a princípio, dando um alívio a população. O valor se estendeu por mais dois meses, mas em setembro de 2020 este é reduzido pela metade, passando a ser R\$ 300. Com a redução do AE pela metade, a pobreza volta a crescer e o cenário brasileiro passa a ser de filas de pessoas em busca de ossos e carcaças para comer (Bartholo, 2022). Além disso, a implementação do programa foi desconectada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o que dificultou o acesso da população a este e o acompanhamento das condicionalidades, além de levar ao congelamento do Cadastro Único (CadÚnico), como aponta o Núcleo de Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Fundação Perseu Abramo (2022). Apesar do auxílio ter ajudado a reduzir a pobreza no auge da pandemia em 2020, os pagamentos aos poucos foram sendo reduzidos até que entre janeiro e abril de 2021 foram interrompidos (Tomazini, 2023). Em abril o auxílio volta com mais quatro parcelas, porém com valores mais baixos (R\$ 150, R\$ 250 ou R\$ 375) a depender da família e atingindo 22,6 milhões de pessoas a menos que no AE de R\$ 600 (Araújo, Temóteo, 2021).

Em outubro de 2021, foi oficializada a extinção do PBF e substituição pelo Programa Auxílio Brasil (PAB), sem nenhum debate com a sociedade, estados, municípios ou com a rede de assistência social. Não havia clareza de qual seria o impacto social e orçamentário da mudança do programa, o que trazia críticas do PAB ser o PBF, mas sem valores definidos (Bartholo, 2022). A medida enviada ao Congresso propunha então que este continuasse sendo um programa de combate a pobreza, porém adicionando incentivos ao "mérito" (Tomazini, 2023). Essa nova estrutura vai de acordo com as falas de Bolsonaro atreladas a ideia de que a pobreza seria fruto de uma falta de esforço individual. Diante do cenário incerto, Marcelo Aro (PP-MG), de maneira paradoxal, modifica a proposta do Executivo (Tomazini, 2023) e separa o benefício da questão meritocrática, além de outras propostas, como a atualização da linha da pobreza.

Porém ainda tinha uma questão a ser resolvida: o financiamento do programa. Para "caber" no orçamento, o benefício deveria ser de R\$ 220, porém Bolsonaro havia prometido um valor mínimo de R\$ 400, sendo necessário furar o teto. Ao tratar desse ponto, Tomazini (2023) e Bartholo (2022) não parecem trazer sobre a questão política associada à decisão de gastos. Como já foi colocado, optar pela austeridade é uma decisão política e furar o teto de gastos não significaria necessariamente problemas orçamentários - pelo contrário.

O que parece intrigante neste ponto é: por que Bolsonaro resolveria furar o teto com uma política social? Por que agora isso não seria um problema? A resposta dessas perguntas é simples, trata-se de uma escolha a fim de beneficiar seus interesses, ainda que vá contra suas condutas. Assim, o que Bolsonaro queria era "imprimir uma marca própria na assistência social, apagando — às vésperas das eleições de 2022 — o nome fortemente associado às gestões petistas." (Carrança, 2021).

Além disso, o PAB foi usado como sendo uma armadilha neoliberal. Isso pode ser justificado através de dois principais pontos: o primeiro é pela proposta de consignado no auxílio, possibilitando ganhos com a financeirização; o segundo é pela corrupção nos cadastrados por motivos eleitorais.

Em outubro de 2022, entre o primeiro e segundo turno das eleições, foi lançada uma modalidade de crédito consignado do Auxílio Brasil através da Medida Provisória 1.106. Isso permitia que os beneficiários tomassem crédito que seria descontado diretamente em parcelas futuras do próprio benefício, podendo comprometer até 40% do valor recebido. Além disso, o beneficiário não ultrapassando o limite previsto, poderá fazer mais de um desconto relativo a esses. Caso ultrapasse, serão descontadas parcelas relativas a contratos mais antigos. O Ministério da Cidadania homologou 17 instituições financeiras para conceder esses empréstimos. Segundo o ministro Ronaldo Vieira Bento, o objetivo disso seria a democratização do acesso ao crédito:

"Com o auxílio, bancarizamos grande parte dessa população para fim de melhoria da sua qualidade de vida. Quando você coloca à disposição o direito ao crédito consignado, você está dirigindo a elas mais uma ferramenta para busca dessa autonomia que elas merecem."

Têm dois pontos que chamam atenção. O primeiro, e mais evidente, é o da utilização do benefício em prol de um movimento de financeirização. Ou seja, algo que deveria ser utilizado como uma forma de transferência de renda do governo para cidadãos em situação de extrema pobreza, acarreta lucros para o capital bancário. Assim, é problemática a associação uma vez que acarreta tanto a o endividamento no longo prazo de uma população que, muito provavelmente, usaria o dinheiro para a compra de itens básicos (De Sordi, 2022), sendo que programas de transferência de renda tem justamente a finalidade do Estado suprir essas carências, as quais passam a se transformar em lucros de grandes instituições bancárias com essa nova medida.

O segundo ponto, este não tão evidente, trata-se de uma lógica argumentativa associada a meritocracia e visões neoliberais que está por trás tanto da fala do ministro, quanto na própria instituição da medida. Isso pois, ao dizer que o crédito consignado levaria a uma maior autonomia, aponta uma visão estigmatizada que se tem sobre o pobre, culpabilizando-o por estar em tal situação, como se dependesse meramente de seu esforço pessoal para sair desta condição. Ao transferir para o indivíduo a carga de responsabilidade, esta é retirada do Estado e ainda se usa disso para lucrar em cima de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

Em dezembro de 2022, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma auditoria no PAB a fim de avaliar a focalização do programa, o custo-efetividade e os desafios para a implementação. Neste foi constatado o pagamento indevido a milhões de famílias em 2022, sendo que em outubro - mês do primeiro turno das eleições - 3,5 milhões de famílias foram incluídas indevidamente no

programa. Além disso, o relatório também mostrou que a maior parte dos novos beneficiários não faziam parte do público prioritário do PAB (crianças e adolescentes), sendo direcionado a famílias que moram sozinhas. A justificativa disso é devido ao desenho do programa que incentivou declarações falsas acerca da composição familiar, o que fazia com que cada membro recebesse o auxílio. Outro apontamento da publicação é que o PAB apresenta um custo-efetivo superior ao do PBF, pois enquanto a primeira precisa de R\$ 1,72 bilhão por mês para reduzir 1 ponto percentual do hiato da pobreza, o segundo precisaria de apenas R\$ 1,43 bilhão.

A partir dos dados apresentados, pode-se concluir que Bolsonaro utiliza-se de forma ilegítima e corrupta do PAB com fins eleitoreiros. Entendendo que a política aumentaria sua popularidade e chance de vitória nas eleições, esta cria mecanismos para que haja um maior número de beneficiários.

É possível fazermos algumas reflexões acerca das limitações das políticas sociais tratando do caso do PBF, uma vez que as frações hegemônicas se utilizam desta como forma de consolidação do seu poder político. No caso tratado, o que vemos é uma figura política com um histórico de desprezo ao programa, tendo falas extremamente problemáticas de culpabilização da pobreza, mas que a partir do momento em que poderia favorecê-lo, utilizou-o como forma de manipulação. Nesse contexto, é possível compreender que, mesmo havendo políticas públicas cuja aplicação não está vinculada à orientação política específica do governo. No entanto, é importante destacar que a orientação política desempenha um papel significativo na definição, formulação e implementação dessas políticas.

O PBF já apresentava problemas atrelados a questões políticas de manutenção da hegemonia, como a questão de a titularidade do cartão estar no nome das mulheres, sendo uma forma do Estado se utilizar do patriarcado a seu favor (ver mais em Carlotto e Mariano, 2009); e do "Parágrafo Esquecido", o qual permitia dentro de sua legislação que o programa não atendesse todos aqueles que atendiam os requisitos nem de se fazer correção monetária. Porém, é importante lembrar que o Estado é “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (Poulantzas, 1981, p. 148, grifo do autor). O Estado e, conseqüentemente, as políticas sociais, nunca deixaram de ser um espaço de luta de classes, a questão é como esta está sendo travada de acordo com a conjuntura.

No governo Bolsonaro estas [lutas de classes] se tornam mais acirradas, tanto por seu viés radicalmente neoliberal, quanto pelo cenário pandêmico, o que irá esbarrar diretamente na forma como irá guiar as políticas sociais. O fim do PBF, nesse aspecto, é uma das demonstrações desse acirramento. A política, que era referência em todo mundo no combate à extrema pobreza, é substituída em um dos momentos mais críticos para o povo brasileiro, com o Brasil voltando a fazer parte do Mapa da Fome (Guedes, 2022). Mais do que isso, a forma como se é estruturado o PAB,

sem uma clareza, diálogo e sem justificativa. Também o desenho do programa dava espaço para que pessoas da mesma família recebessem o auxílio e sem uma focalização nos grupos prioritários (Secom TCU, 2022), o que foi utilizado para fins eleitoreiros, pois ao aumentar o número de beneficiários - de forma ilegal - também aumentava a popularidade de Bolsonaro entre esses. Outro fator central, é a utilização do programa para se ter possibilidades de ganhos com a financeirização.

Aqui, é importante destacar a concepção de Poulantzas sobre a fração hegemônica no bloco de poder e retomar a distinção anteriormente apresentada por Bastos (2023) entre a luta pela hegemonia e a luta pelo favorecimento. Poulantzas aborda os sacrifícios necessários para manter o poder, abrangendo tanto aspectos econômicos quanto políticos. No contexto específico, observamos o uso do que Poulantzas consideraria um sacrifício (da concepção original de Bolsonaro) em prol do favorecimento econômico, exemplificado por um programa de transferência de renda que vai conferir ganhos para o capital bancário que o usa como lastro para a oferta de crédito consignado. Simultaneamente, essa ação é explorada para obter benefícios políticos, considerando as implicações eleitorais.

Ao considerarmos a política social como uma das manifestações ambíguas do Estado, conforme definido por Poulantzas, percebemos que, dependendo da conjuntura, há distintas formas e níveis de atuação. Se Poulantzas argumenta que a política social representa uma "autonomia relativa" no âmbito econômico (Poulantzas, 1977, p. 188), é válido ponderar que, em governos como o de Bolsonaro, essa autonomia é mais restrita devido a uma "prática política" mais conservadora (Ibid, 1977, p. 42). Isso tem implicações significativas na gestão das políticas sociais, como exemplificado no caso do PBF.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa teve como objetivo entender, a partir do caso do fim do Programa Bolsa Família (PBF), como a extrema direita brasileira se apropriou da política social, transformando-a de acordo com seus interesses. Para isso, utilizou-se da concepção de Poulantzas de fração hegemônica no bloco de poder, teoria relacional e política social.

Isso pois, a partir de 2016 com a saída da presidenta Dilma por um golpe de Estado, houve uma escalada do desmonte neoliberal. O centro disso está sobretudo na adoção do Teto de Gastos, com o argumento de que haveria uma necessidade de controle das contas públicas. A ideia da austeridade é famosa entre os liberais, está atrelada a percepção de que haveria um aumento da confiança pelos empresários, levando a um aumento dos investimentos; e de que os gastos do governo funcionam da mesma maneira que os domésticos.

A partir disso, a pesquisa buscou trazer que tais argumentos não são apenas falsos, como também estão ligados com a ideia de hegemonia de Poulantzas, pois o que se tem é justamente uma escolha política que beneficia uma parcela específica da população. Além do Teto de Gastos, ainda durante o governo Temer tivemos a Reforma Trabalhista, intensificando a precarização laboral. Neste aspecto, o que se tinha era um Estado com uma agenda de desmonte, corte de ministérios e políticas sociais, impactando, sobretudo, as populações vulneráveis.

A pesquisa também revisa o conceito de “condomínio hegemônico” de Bastos (2023), contraponto a visão de Poulantzas de que haveria um único bloco no poder. A conclusão é que, a partir de 2016, há um estreitamento das concessões condomínio, com estas sendo influenciadas pelas orientações políticas, a partir da luta pelo favorecimento entre diferentes frações do capital e na relação de forças na luta distributiva entre capital e trabalho. Outro ponto trazido é uma crítica da ideia de concessão, propondo que seja tratada como conquista.

Por fim, a pesquisa apresenta uma retrospectiva dos anos de PBF. Este foi criado em 2003 durante o governo Lula, consolidando esforços federais para combater a pobreza intergeracional por meio de transferência de renda condicionada a áreas como assistência social, educação e saúde. Reconhecido mundialmente por seus resultados na redução da extrema pobreza e insegurança alimentar, o PBF não está isento de críticas, especialmente em relação às condicionalidades e à falta de atualização periódica dos valores pagos, evidenciando falhas estruturais e vulnerabilidades diante de fatores endógenos e exógenos, como agendas de cortes e crises políticas e econômicas.

A eleição de Bolsonaro trouxe um retrocesso nos discursos sobre a pobreza, destacando a meritocracia e desqualificando programas como o PBF. Ao longo de sua trajetória política, Bolsonaro fez declarações depreciativas sobre os beneficiários, descrevendo-os como improdutivos e culpando as mulheres por engravidarem para obter benefícios materiais. Durante seu governo, o valor do Bolsa Família não foi corrigido em 2019 e o 13º salário prometido foi pago apenas uma vez, enquanto milhões de famílias aguardavam inclusão no programa.

Com a pandemia de Covid-19, o governo usou isso como justificativa para cortes na área social, mesmo diante da pressão do Congresso e da sociedade por expansão das políticas sociais. Embora o Auxílio Emergencial tenha sido instituído, sua redução em 2020 levou ao aumento da pobreza. Em outubro de 2021, o PBF foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil (PAB) sem debate público, evidenciando interesses políticos eleitoreiros. A implementação do PAB incluiu medidas controversas, como crédito consignado, que beneficiam instituições financeiras em detrimento dos beneficiários. Além disso, uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União revelou irregularidades no programa, incluindo pagamentos indevidos e focalização inadequada, o que foi utilizado por Bolsonaro com fins eleitoreiros.

O PBF reflete, portanto, as complexidades das políticas sociais no Brasil, sendo utilizado tanto como instrumento de consolidação do poder político das frações hegemônicas quanto como alvo de manipulação e negligência. O governo Bolsonaro exemplifica essa dualidade, com sua orientação neoliberal exacerbando as lutas de classes e exacerbando a exclusão social. O fim do PBF e sua substituição pelo PAB evidenciam não apenas uma política de austeridade, mas também um esforço para favorecer interesses específicos em detrimento do bem geral. A estruturação ambígua do PAB e sua utilização para ganhos financeiros e políticos destacam a luta pelo poder e favorecimento econômico em um contexto de crescente desigualdade. Nessa perspectiva, a análise de Poulantzas sobre a fração hegemônica e as manifestações ambíguas do Estado ressalta a importância do contexto político na gestão das políticas sociais, evidenciando a necessidade de compreender as complexidades da luta de classes em relação aos programas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

POULANTZAS, N.. O Estado, o poder, o socialismo. Biblioteca De Ciências Sociais - 19. Política. Ed. Graal; 1981 [1978].

POULANTZAS, N.. Poder Político e Classes Sociais. Ed. Martins Fontes, 1977 [1968].

BASTOS, PPZ. Hegemonia no bloco no poder e condomínio hegemônico: uma releitura teórica. Crítica Marxista, n. 56, p33-47, 2023.

POCHMANN, M. O neocolonialismo à espreita: Mudanças estruturais na sociedade brasileira. Ed. Sesc SP, 2022.

ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. Economia Política da Austeridade In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A.L.M. (org.). Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CRUZ, D. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: ZIMERMANN, C; CRUZ; D. Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes. Buenos Aires: CLACSO, abril de 2022.

OZANIRA DA SILVA E SILVA, M. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil The Family Allowance Program: reflecting on core issues in Brazil's income transfer policy. [s.l: s.n.].

BRASIL. Lei nº 14.284/2021. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm>, acesso em 26 de julho de 2022, às 19h36min.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Bolsa Família reduz pobreza e desigualdade em 15 anos. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2386-bolsa-familia-reduz-pobreza-e-desigualdade-em-15-anos>>.

COTTA RMM; MACHADO, JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Revi Panam Salud Publica*. 2013;33(1):54–60.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Estudo mostra efeitos positivos do Programa Bolsa Família nas atividades econômicas locais. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/estudo-mostra-efeitos-positivos-do-programa-bolsa-familia-nas-atividades-economicas-locais#:~:text=%E2%80%9CVerificamos%20que%20o%20efeito%20multiplicador,outros%20%2C16%20na%20economia>>.

VIANA, Iara Azevedo Vitelli (Organizadora); KAWAUCHI, Mary (Organizadora); BARBOSA, Thiago Varanda (Organizador). *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2018. 530 p.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. 2017. *Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2017.*

BARTHOLO, L. Direitos improvisados. *Quatro Cinco Um*, 1o mar. 2022. Disponível em: <<https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/desigualdades/direitos-improvisados>>.

BARTHOLO, L. et al. *A pobreza na posta-restante*. Piauí, 25 ago. 2020.

VALFRÉ, V., FERNANDES, A. Bolsa Família já tem fila de 3,5 milhões de pessoas. *O Estado de São Paulo*, n. 46145, Política, p. A4, 2020. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/569734>>

TOMAZINI, C. Adeus Bolsa Família? ambiguidades e (des)continuidade de uma política à deriva... In: GOMIDE, SÁ E SILVE, LEOPOLDI. *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)* – Brasília: IPEA ; INCT/PPED, 2023.

Napp *Desenvolvimento Social*. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2022, Disponível em <<https://teoriaedebate.org.br/cadernos/mais-protecao-mais-desenvolvimento-social>>.

ARAÚJO, C., TEMÓTEO, A. Bolsonaro assina 4 parcelas do novo auxílio; 22,6 mi ficam sem o benefício. UOL. 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/18/bolsonaro-auxilio-emergencial-2021.htm>>

CARRANÇA, T. 8 dados que mostram impacto do Bolsa Família, que chega ao fim após 18 anos. BBC News Brasil. 2021 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59099166>>

Redação. Auxílio Brasil: empréstimo consignado representa financeirização de políticas sociais no país. Historiadora Denise De Sordi aponta que substituto do Bolsa Família permite transferência de recursos para os bancos. Brasil de Fato. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/19/auxilio-brasil-emprestimo-consignado-representa-financeirizacao-de-politicas-sociais-no-pais>>

Secom TCU. Auditoria no Auxílio Brasil constata desvio do público-alvo do programa. Fiscalização no Programa Auxílio Brasil verificou não atendimento ao público prioritário e aumento do custo-efetividade no combate à pobreza. 2022. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-no-auxilio-brasil-constata-desvio-do-publico-alvo-do-programa.htm>>

GUEDES, A. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Agência Senado. 2022. Disponível em: [URL].

BOITO JUNIOR, A. Estado, política e classes sociais [recurso eletrônico]: ensaios teóricos e históricos / Armando Boito Jr. - São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

BUGIATO, C. Para entender o neofascismo no Brasil: um ensaio a partir das contribuições de Nicos Poulantzas. Actuel Marx/Intervenciones n.27, 2019, Santiago, Chile.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. GÊNERO E COMBATE À POBREZA: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Revista Estudos Feministas. 2009.